

***Bios* Midiático: A Digitalidade como Contingência à Psicanálise**

José Antonio Martinuzzo¹

¹Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES,
Brasil

Vinicius Anciães Darriba²

²Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de
Janeiro, RJ, Brasil

Resumo: As tecnologias da informação configuram uma nova dimensão da experiência afetivo-existencial, um “*bios* midiático”, formado e dinamizado por meio de conexões dialógicas no ciberespaço, estabelecendo-se uma paisagem bidimensional (digital e presencial) na conformação de subjetividades e intersubjetividades na atualidade. Nesse sentido, o objetivo central deste artigo é analisar as principais características da digitalidade, ou seja, o uso intensivo das técnicas digitais no dia a dia, potencializado a partir da pandemia de covid-19, como se registra, inclusive, na prática psicanalítica on-line. Trata-se de uma abordagem ainda pouco contemplada nos estudos psicanalíticos, e que, assim, visa a uma contribuição sobre o pensar das condições gerais de uma análise, tendo em vista os fundamentos de uma contemporaneidade digital. Não se trata de estudo da prática clínica remota, mas de pesquisa sobre a contingência sociotécnica em que essa novidade emerge, retomando o que é fundamental ao dispositivo psicanalítico e interrogando seu estabelecimento sob essas novas condições de interface. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, privilegiando referências fundamentais dos temas em questão, digitalidade e psicanálise, incluindo autores clássicos e aqueles contemporâneos que dialogam diretamente com o estudo proposto. Como principal resultado, conclui-se que o cotidiano digital, modo atual de imposição do discurso capitalista, atravessa os mais diversos âmbitos da vida, inclusive a transposição da prática psicanalítica para a modalidade remota. Nesse caso, fica evidente que o inegociável para a psicanálise é uma dimensão de impossível, não relativa a uma insuficiência provisória dos recursos técnicos, mas como efeito de seu discurso.

Palavras-chave: Digital, Tecnologia da Informação, On-line; Psicanálise.

Media *Bios*: Digitality as a Contingency to Psychoanalysis

Abstract: Information technologies configure a new dimension to the affective-existential experience, a “*media bios*” formed and energized by dialogical connections in cyberspace, establishing a two-dimensional landscape (digital and in-person) to shape subjectivities and intersubjectivities today. Thus, the central objective of this study is to analyze the main characteristics of digitality, that is, the intensive use of digital techniques in everyday life, enhanced by the COVID-19 pandemic, as per online psychoanalytic practice. This approach remains largely ignored in psychoanalytic studies. Thus, this study aims to contribute to thinking about the general conditions of an analysis considering the foundations of a digital contemporaneity. Rather than a study of remote clinical practice, this research focuses on the sociotechnical contingency in which this novelty emerges, returning to what is fundamental to the psychoanalytic device and interrogating its establishment under these new interface conditions. The methodology used was a bibliographic review, privileging fundamental references on the themes in question, digitality, and psychoanalysis, including classic authors and contemporary ones who directly dialogue with the proposed research. The main result found that digital daily life (the current way of imposing capitalist discourse) crosses the most diverse areas of life,

including the transposition of psychoanalytic practice to the remote modality. Thus, it remains clear that what is non-negotiable for psychoanalysis is a dimension of the impossible unrelated to a provisional insufficiency of technical resources, configuring an effect of its discourse.

Keywords: Digital, Information Technology, Online; Psychoanalysis.

Bios Mediático: La Digitalidad como Contingencia para el Psicoanálisis

Resumen: Las tecnologías de la información configuran una nueva dimensión afectivo-existencial, un “bios mediático”, formada a través de conexiones en el ciberespacio, estableciendo un paisaje bidimensional (digital y presencial) para la configuración de las subjetividades e intersubjetividades actuales. En este sentido, el objetivo de este artículo es analizar las principales características de la digitalidad, es decir, el uso intensivo de técnicas digitales en la vida cotidiana, potenciado por la pandemia de Covid-19, como se puede comprobar incluso en la práctica psicoanalítica en línea. Se aborda un enfoque aún poco considerado en los estudios psicoanalíticos y que, por tanto, pretende contribuir a pensar las condiciones generales de un análisis, teniendo en cuenta los fundamentos de una contemporaneidad digital. No se trata de un estudio de la práctica clínica remota, sino de una investigación sobre la contingencia sociotécnica en la que emerge esta novedad, volviendo a lo fundamental del dispositivo psicoanalítico e interrogando su establecimiento en estas nuevas condiciones de interfaz. La metodología fue la revisión bibliográfica, privilegiando referencias fundamentales sobre los temas en cuestión, la digitalidad y el psicoanálisis, incluyendo autores clásicos y contemporáneos que dialogan con el estudio. Se concluye que la cotidianidad digital, forma actual de imponer el discurso capitalista, atraviesa los más diversos ámbitos de la vida, incluida la transposición de la práctica psicoanalítica a la modalidad remota. En este caso, queda claro que lo innegociable para el psicoanálisis es una dimensión de lo imposible, no relacionada con una insuficiencia provisional de recursos técnicos, sino como un efecto de su discurso.

Palabras clave: Digital, Tecnología de la Información, En línea, Psicoanálisis.

Introdução

Em 1930, ao analisar a relação do humano com a tecnologia, Freud (1930/1997, p. 44) afirmava que “o homem, por assim dizer, tornou-se um ‘Deus de prótese’”. Tocado pela mesma “concepção ideal de onipotência e onisciência que corporificou em seus deuses”, o homem vem investindo em “órgãos auxiliares” tecnologicamente magníficos. Alertando que “esses órgãos, porém, não cresceram nele e, às vezes, ainda lhe causam muitas dificuldades”, Freud não vislumbrava um fim para o investimento nas técnicas, muito pelo contrário:

As épocas futuras trarão com elas novos e provavelmente inimagináveis grandes avanços nesse campo da civilização e aumentarão ainda mais a semelhança do homem com Deus, . . . apesar de

não esquecermos que atualmente o homem não se sente feliz em seu papel de semelhante a Deus (Freud, 1930/1997, p. 44).

Os vaticínios de Freud parecem se cumprir. Cada vez mais formada por *deidades* tecnologicamente constituídas e permanentemente reinventadas como parte de um negócio capitalístico, que reivindica a experiência humana como insumo para suas práticas mercadológicas de transações na seara da atenção e do comportamento (Martinuzzo, 2023; Zuboff, 2020), menos de um século depois das observações freudianas, a devoção à técnica avança da reinvenção protética do corpo para a invenção mesma de uma nova dimensão para existir: os ciberterritórios. A inaudita experiência das ciberterritorialidades, uma virtualidade digital que se realiza historicamente por meio da

efetivação de laços sociais viabilizados por conexões informáticas integrativas síncronas e assíncronas, vem transformando as sociabilidades nos mais diversos campos, incluindo a prática da clínica psicanalítica.

Aqui importa salientar que, filosoficamente, virtualidade e realidade não se contrapõem. O virtual existe potencialmente, podendo ou não se atualizar, ou seja, formalizar-se, realizar-se. Segundo Lévy (1999, p. 47), “virtual não se opõe ao real, mas ao atual: virtualidade e atualidade são apenas dois modos diferentes da realidade”. O pensador afirma, ainda, que “é virtual toda entidade ‘desterritorializada’, capaz de gerar diversas manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, sem, contudo, estar ela mesma presa a um lugar ou tempo em particular”.

Desde a popularização, no final dos anos 1990, do significativo ciberespaço – “a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo” (Lévy, 1999, p. 17) –, diz-se desse lugar como virtual, haja vista que ele se torna realidade, ou se atualiza, mediante intervenção/navegação dos utilizadores da internet e suas funcionalidades multimidiáticas.

Dessa forma, o digital configura-se como uma potencialidade de experiência humana, adicionando uma camada extra ao movimento da vida, fazendo da existência hodierna uma experiência de dois territórios – o presencial e o digital. Nesse circuito recursivo do informacional ao sensível, constitui-se o existir contemporâneo, adicionando novas questões à subjetivação e às intersubjetividades. Assim, atendimentos psicanalíticos on-line são manifestações concretas nos ciberterritórios, que são localidades históricas não materiais, mas que participam da realidade. Como se pode perceber, a dimensão digital dos laços mais diversos, incluindo a relação entre analista e analisante, viu-se incrementada com o enfrentamento da pandemia de covid-19, em grande medida articulado ao isolamento social, com restrição de mobilidade e encontros presenciais.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é caracterizar a nova dimensão existencial possibilitada pela digitalidade, com vistas a inventariar referências e conceitos que possam orientar o debate sobre a prática psicanalítica on-line, considerando as condições gerais dela. Registre-se que esse aporte teórico-conceitual acerca do digital é pouco contemplado nos textos dos pesquisadores em psicanálise. Dessa sorte,

busca-se, aqui, uma contribuição ao pensar das condições gerais do campo psicanalítico em relação a marcos fundamentais da atualidade. Salienta-se, pois, que este artigo não se devota a estudos da prática clínica remota, mas de pesquisa sobre a contingência socio-técnica em que essa novidade emerge, verificando-se o que é fundamental ao dispositivo psicanalítico face a essas novas condições de interface informacional.

A metodologia utilizada foi a revisão de literatura atinente aos temas em questão, quais sejam, a digitalidade, a experiência de socialização derivada do uso intensivo de tecnologias da informação no dia a dia e a psicanálise. O recorte da bibliografia se fez considerando os autores clássicos e aqueles de proeminência contemporânea que dialogam com as temáticas e questões em tela.

Tendo em vista a consecução do estudo proposto, inicialmente, discutem-se o “*bios midiático*” e as ciberterritorialidades como lócus de experiência subjetiva e intersubjetiva neste princípio de milênio. Em seguida, na contingência da digitalidade, consideram-se, ainda que sumariamente, os requisitos inarredáveis da clínica psicanalítica, com vistas a contribuir para um pensar mais amplo e consistente de suas condições gerais em face da atualidade midiaticizada.

Seguindo Agamben (2009, p. 58), trata-se aqui da intenção de um olhar contemporâneo do nosso tempo, o que implica não coincidir “perfeitamente com este”, haja vista que “contemporâneo é aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro”. Desse modo, assevera o pensador, “todos os tempos são, para quem deles experimenta contemporaneidade, obscuros. Contemporâneo é, justamente, aquele que sabe ver essa obscuridade, que é capaz de escrever mergulhando a pena nas trevas do presente” (Agamben, 2009, p. 62).

Contingência do “*bios midiático*”

Ao acionar um dispositivo de conversação audiovisual – seja em aplicativos de mensagens, seja em plataformas de reuniões remotas, como aquelas que se prestam a atendimentos on-line –, mais que encetar conexões singulares que se encerram em si mesmas e em seus interlocutores – ou apenas lançarem mão de um simples recurso técnico –, usuários da internet exploram e adicionam porções aos ciberterritórios, que, mesmo localizando-se nas nuvens digitais, têm o peso de existir, visto que estabelecem

trocas significantes e fixam rastros informacionais mapeáveis, formando tessituras existenciais incanceláveis, subjetiva e intersubjetivamente falando. Ou seja, ao acionar um dispositivo de interface e interlocução digital, está-se mobilizando uma nova ambiência de exercício da humanidade, com especificidades e limitações próprias, mas que se coloca como uma nova fronteira do existir e participa inapelavelmente dos modos presenciais ou sensíveis de efetivação do humano – transformando-os, inclusive.

Nesse tempo de vertigem comunicacional, Sodré (2013) aponta a configuração de um *ethos* midiaticizado. Nos ambientes digitais, segundo o pensador, estrutura-se um quarto âmbito existencial, um “*bios* midiático”. Sodré parte da “classificação aristotélica (vida contemplativa, vida política, vida prazerosa/vida do corpo)”, para pensar a midiaticização “como tecnologia de sociabilidade ou um novo *bios*, uma espécie de quarto âmbito existencial, onde predomina (muito pouco aristotelicamente) a esfera dos negócios, com uma qualificação cultural própria (a ‘tecnocultura’)” (Sodré, 2013, p. 25).

Com a midiaticização modelada pela técnica digital e suas redes, de acordo com Sodré (2014), constituiu-se um verdadeiro “continente de bytes”. Nesse novo ambiente vocacionado   experiência da humanidade, Martinuzzo (2023) localiza o que denomina de ciberterritórios e suas respectivas ciberterritorialidades, a partir dos conceitos da geografia elaborados por Milton Santos (2001, 2006). Segundo Santos, os territórios são “sistemas de objetos” que conformam a base para o registro de “sistemas de a  o”, que são as territorialidades, ou seja, a experiência subjetiva e intersubjetiva que se efetiva em determinado território. Seja no espaço físico-geográfico, seja no ciberespaço, as territorialidades (“sistemas de a  o”) são o agir dos sujeitos na experiência de produzir suas referências individuais e coletivas de vida, tendo como base os territórios, que são “sistemas de objetos”, tanto no solo material quanto na paisagem de bytes, informático-comunicacional.

Desse modo, no novo “*bios* midiático”, subjetividades e intersubjetividades dinamizam afetivamente as conexões informacionais, estabelecendo links de comunicação multidirecional e configurando, assim, os contornos fluidos e vocacionados   expansão recorrente dos ciberterritórios. A partir do conceito de territorialidade – “um sistema de a  o” no contexto de um “sistema de objeto” – como “pertencer àquilo que

nos pertence” (Santos, 2001, p. 19), obt m-se as ciberterritorialidades como a resultante de se acessar, produzir e compartilhar aquilo que afeta simbolicamente no âmbito informacional. Ou seja, obt m-se diversificados laços sociais, conformando uma extensão significativa de identificação e pertencimento socioecon mico e político-cultural midiaticizada.

Nesse ambiente imersivo e interativo de aplicativos e plataformas, Sodré (2013, p. 27) registra a ocorrência de uma vivência vicária, não completa, mas composta por experiências sensoriais auditivas, perceptivas e táteis. Com “uma nova tecnologia perceptiva e mental”, esse quarto *bios* “implica uma transformação das formas tradicionais de sociabilização”, além de “um novo tipo de relacionamento do indivíduo com referências concretas ou com o que se tem convencionalmente designado como verdade, ou seja, uma outra condição antropológica”.

Sodré (2021, p. 136) afirma que “*bios* midiático ou *bios* virtual” nomeia “o novo tipo de forma de vida caracterizado por uma realidade ‘imaginarizada’; isto é, feita de fluxos de imagens e dígitos, que reinterpretam continuamente com novos suportes tecnológicos as representações tradicionais do real”. Trata-se de “uma ambiência magneticamente afetiva, uma recriação tecnoest tica do *ethos*, capaz de mobilizar os humores ou estados de espírito dos indivíduos, reorganizando seus focos de interesse e de hábitos”, resultante do empreendimento de uma “estratégia sensível” (Sodré, 2006). Martinuzzo (2023) registra uma “vivência partitiva” – não toda –, no que caracteriza como “continente de sensação” e de afetos.

Aristóteles (2011) define sensação como uma das potências da alma, que se efetiva mediante “sensíveis”, o que o estagirita denomina como objetos dos sentidos (visão, audição, olfato, paladar e tato), como cor, som, sabor, cheiro e qualidades táteis (extensão, temperatura e consistência de corpos). Quanto aos afetos, de acordo com a visão aristotélica, eles são um dos “três g neros de fen menos que surgem na alma” e que são capazes de mudar nossas “capacidades” e “disposições” (Aristóteles, 2009, p. 46), tais como desejo, amor, ódio, ciúme, inveja, medo etc.

Para Freud (1926/2014, p. 73), que devotou especial atenção aos inter-relacionados afetos da angústia e do desamparo, “os afetos são reproduções de experiências antigas, de importância vital, eventualmente pr -individuais”, comparáveis, “como ataques históricos universais, t picos, inatos, aos acessos adquiridos

mais recentemente e de forma individual que são próprios da neurose histérica, cuja origem e significados como símbolos mnemônicos tornaram-se claros mediante análise”.

Safatle (2016, p. 15) aponta que as “sociedades são, em seu nível mais fundamental, circuitos de afetos”. Para o pensador, Freud sublinhou o “quão fundamental é uma reflexão sobre os afetos, no sentido de uma consideração sistemática sobre a maneira como a vida social e a experiência política produzem e mobilizam afetos que funcionarão como base de sustentação geral para a adesão social” (Safatle, 2016, p. 37).

Hillis (2004) considera que utilizadores de tecnologias virtuais “experimentam uma ‘sensação de lugar’, de que estão ‘dentro’ de alguma coisa, de que estão em algum ‘lugar’” (p. 30). Para o autor (Hillis, 2004), os ambientes virtuais “ajudam a efetivar uma mudança na percepção de nossa relação corporificada com o mundo, . . . tendo o potencial de remapear ou mesmo colapsar a moderna ‘distância’ experiencial entre sujeito e objeto, tecnologias e relações sociais” (p. 18). Segundo esse pensador, as técnicas digitais “participam do reajuste tanto da distribuição de copresença, ou formas de estar juntos frente a frente, quanto de formas mais mediadas de comunicação”. Ao destacar que “é óbvio” que as tecnologias da virtualidade digital privilegiam a “lógica da visão” (p. 19), Hillis afirma que “a invenção de um mundo virtual representa o esforço humano de estender o controle técnico não somente sobre as relações sociais de outrem e da ‘natureza’, mas também sobre as concepções de espaço”, buscando conferir “ordem ao que de outra forma poderia parecer um vácuo inimaginável de ausência de sentido” (p. 17).

As ciberterritorialidades também se colocam como “circuito de afetos” e sensações, nos mais distintos laços sociais contemporâneos. Nesse percurso de olhar para além da ribalta do tempo, resta notar que a invenção do “continente de bytes” e seus ciberterritórios, ainda que efetivados sob o signo persuasivo de ampla liberdade e autonomia, ocorre por empreitada privada, como reluzente negócio capitalístico das chamadas *big techs*. Apple, Microsoft, Google (Alphabet), Amazon e Meta (antigo Facebook) estão à frente dessa expansão das dimensões aptas à experiência de humanidade, figurando entre as empresas mais valiosas e influentes da contemporaneidade.

Elas lideram, por exemplo, um negócio de mais de seiscentas redes sociais digitais (Teixeira, 2021) (Facebook, Instagram, TikTok, X/Twitter, YouTube etc.), mobilizando bilhões de usuários planeta afora (*The global*, 2022). Aplicativos de mensagem, como WhatsApp, Messenger e Telegram, e plataformas de videoconferência, como Zoom, Microsoft Teams, Cisco Webex, Google Meet, e Skype, entre outros, também integram as tramas dos ciberterritórios. Dos 7,99 bilhões de habitantes da Terra, 5,7 bilhões acessam a internet (63,5%) e 4,7 bilhões usam mídias sociais (59,3%). No Brasil¹, 82,8% da população, estimada em mais de 215 milhões, têm acesso à internet e às redes sociais digitais.

O negócio da digitalidade é a base do que Zuboff (2020, pp. 18-19) nomeia como “capitalismo de vigilância”, “aquele que reivindica de maneira unilateral a experiência humana como matéria-prima gratuita para a tradução em dados comportamentais”. Esse “superávit comportamental” é utilizado para “alimentar avançados processos de fabricação conhecidos como ‘inteligência de máquina’ e manufaturado em produtos de predição que antecipam o que um determinado indivíduo faria agora, daqui a pouco e mais tarde”. A cada inserção que fazem nas redes informáticas, ampliando as dimensões ciberterritoriais, os ciber-habitantes somam ao empreendimento capitalístico que organiza o mundo, cedendo aos donos da infraestrutura digital acesso a seu modo de vida, a via régia do poder contemporâneo, centrado na modelagem de comportamentos via captura e processamento de dados pessoais.

Nesse sentido, a maioria absoluta dos movimentos que se fazem nos ciberterritórios é rastreável. Essas pegadas digitais são coletadas, processadas e transformadas em bases de dados com fins múltiplos, entre os quais entender os caminhos já efetivados, prever e orientar os próximos ciberdeslocamentos, incluindo conexões dialógicas, consumo, exposição a conteúdos etc. Tanto o saber que se produz sobre usuários quanto a oportunidade de interferir efetivamente na escultura de seus comportamentos vindouros são vendidos nos mais variados mercados, do consumo de itens básicos à formação de opinião político-eleitoral, passando pelas vitrines dos afetos mais diversos.

Esse investimento em conhecer e modelar subjetividades e intersubjetividades é nomeado por Zuboff

¹ <https://www.internetworldstats.com/south.htm>.

(2020, p. 19) como “poder instrumentário”, empenhado em “incentivar, persuadir, sintonizar e arrebatar comportamento em busca de resultados lucrativos”. Para a pesquisadora, “o poder instrumentário conhece e molda o comportamento humano em prol das finalidades de terceiros”, executando tal missão “através do meio automatizado de uma arquitetura computacional cada vez mais ubíqua, composta de dispositivos, coisas e espaços inteligentes conectados em rede”. Numa contingência de dupla ambiência para efetivação de laços sociais, a presencial e a digital, essa “engenharia de comportamento” encetada nos ciberterritórios, cujo negócio é a produção de realidade, tem uma “perturbadora relevância” (Zuboff, 2020, p. 432) para todos os aspectos da vida contemporânea.

O “poder instrumentário”, que organiza os ciberterritórios, se estabelece na contingência do que se define como “economia da atenção” (Davenport & Beck, 2001). Como uma “commodity” limitada da cognição humana, a atenção se torna alvo de disputa, intensificada exatamente num tempo em que as telas, as informações multimídia que elas encerram e os olhares que elas demandam organizam o cotidiano midiático. Esses autores reportam o prenúncio dessa era, feito nos anos 1970 por Herbert Simon: “o que informação consome é bastante óbvio: consome a atenção de seus destinatários. Assim, uma riqueza de informação cria uma pobreza de atenção” (Davenport & Beck, 2001, p. 11). Registra-se que o fenômeno da “economia da atenção” conecta-se, não sem ecos e reverberações, ao circuito escópico-especular, tão decisivo à subjetivação e às intersubjetividades, tendo, nesse caso, o capital alcançado uma dimensão decisiva do humano, para além da moderna docilização dos corpos, problematizada por Foucault (2001).

No entanto, mesmo que se considere todo esse contexto, recomenda-se não alegar determinismos tecnológicos, ainda mais quando se trata de “técnica social”, aquelas tecnologias que são inseridas nas articulações sistêmicas, nas formas de sociabilidade e suas particularidades, conforme observou Ianni (2000). Lévy (1999, p. 24) defende que “por trás das técnicas agem e reagem ideias, projetos sociais, utopias, interesses econômicos, estratégias de poder, toda a gama dos jogos dos homens em sociedade”. Acerca das diversas possibilidades de uso das tecnologias, Santos (2006, p. 174) afirma que as técnicas da

informação “são constitucionalmente divisíveis, flexíveis e dóceis, adaptáveis a todos os meios e culturas, ainda que seu uso perverso atual seja subordinado aos interesses dos grandes capitais”.

Vale ressaltar, ainda, que a digitalidade, eminentemente mercantil na modelagem atual, repete a lógica de segregações do mundo da presença. A exclusão digital alcança 18% dos domicílios brasileiros, que não contam com acesso à internet sob nenhuma forma. No quadro geral dos impedimentos, os problemas referem-se a nível de instrução, analfabetismo digital, infraestrutura de telecomunicações, assistência técnica, equipamentos precários ou tecnologicamente ultrapassados, custos envolvidos e qualidade de conexão, conforme reporta o Cetic.br².

De toda sorte, nas ciberterritorialidades de matiz capitalístico, a virtualidade digital de encontros, diálogos e escutas vem se atualizando crescentemente, seja em função do gesto volitivo de inserção nos ditames da midiática, seja em razão de necessidades do tempo, numa realidade de existência bidimensional, a sensível e a informacional, que opera a lógica de inapelável recursividade uma à outra – no caso em tela, conformando mesmo uma nova fronteira da clínica psicanalítica. Tal interdependência é assinalada por Sodré (2021, p. 140-141), para quem, sem os “fatores físicos ou materiais da ordem tradicional como terra arável, água potável, agricultura fecunda, energia limpa, recursos minerais e, mesmo, criatividade humana . . . o digitalismo é um castelo de cartas”. Daí afirmar ser “imperativo contornar a desconexão entre a vida humana e a tecnologia da informação, atentando para o fato de que a inovação tecnológica é pobre em inovação social”.

Estamos no desafiante cruzamento da “inovação tecnológica” com a “inovação social”, no ambiente digital de vivência vicária e partitiva, atravessada por sensações e afetos, e que requalifica o modo humano de manifestar presença, incluindo as modalidades de estar com o outro, tanto frente a frente como pela comunicação mediada. É exatamente aí que se vêm constituindo possibilidades inauditas da vida hodierna, incluindo a prática da clínica, notadamente após as restrições de circulação e contato social impostas pela pandemia de covid-19.

² <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2021/domicilios/A4/>.

Condições de uma análise

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou a covid-19 como uma pandemia, ou seja, doença com surtos distribuídos em todo o planeta. A vacinação no Brasil se iniciou, lentamente, somente em 17 de janeiro de 2021, quase um ano depois. No mundo, as primeiras doses foram aplicadas no início de dezembro de 2020³. Até as vacinações alcançarem um maior contingente populacional, mas também em diversos outros momentos de picos de casos, o isolamento social foi a principal estratégia de enfrentamento de uma doença desconhecida, com sete milhões de mortos, apesar de que “os números reais podem ser de pelo menos 20 milhões” (*OMS declara*, 2023), conforme a OMS, ao decretar o fim da emergência global de covid-19, em 5 de maio de 2023.

Nesse cenário de desamparo frente ao real da morte e dos traumas da travessia pandêmica, as quarentenas foram um tempo de incremento das demandas de atendimento on-line. A interface digital – “softwares que dão forma à interação entre usuário e computador”, segundo Johnson (2001, p. 17) – como mediadora do encontro entre analista e analisante traz novidades à secular prática clínica. Na contingência da digitalidade, examinada em seus fundamentos e potencialidades, considera-se, a partir de agora, as condições de base de uma psicanálise, anotando-se o que é fundamental ao dispositivo e aproximando-se do recente debate sobre seu estabelecimento sob essas novas condições de interface digital. Conforme já salientado, este não é um estudo acerca da clínica à distância, mas de pesquisa sobre a contingência sociotécnica em que essa nova possibilidade de atendimento emerge.

Freud (1912/2010, p. 164), considerando que “a extraordinária diversidade das constelações psíquicas envolvidas, a plasticidade de todos os processos anímicos e a riqueza de fatores determinantes resistem à mecanização da técnica”, designa regras como “recomendações”, salientando apenas a “regra fundamental da técnica psicanalítica” (Freud, 1912/2010, p. 180): “diga tudo o que lhe vier à mente”. Ou seja, o encontro analítico deve ser norteado pela fala em associação livre, apesar de se ter em conta “como é irresistível a tentação de ceder aos pretextos de crítica para rejeitar os pensamentos espontâneos” (Freud, 1912/2010, p. 181).

Lacan (1953/1998, p. 248), abordando questões fundamentais, afirma: “quer se pretenda agente de cura, de formação ou de sondagem, a psicanálise dispõe de apenas um meio: a fala do paciente. A evidência desse fato não justifica que se o negligencie. Ora, toda fala pede uma resposta”. Lacan também fixa a sustentação da psicanálise numa ética – distanciada em absoluto das conexões desse significante com questões morais do senso comum. Trata-se de uma ética que, em diálogo com o “amor à verdade” freudiano, se assenta num “bem-dizer” que não passe ao largo do real para cada um.

É em “Televisão” que Lacan (1974/2003) faz referência ao “bem-dizer”, que remete às soluções contingentes que se conjugam ao real enquanto impossível (1971/2009). Nas palavras de Milner (1996, p. 138), “bem-dizer corresponde a conjugar o que não pode ser conjugado”. A práxis correlata a essa ética, pois, se fundamenta no desejo do analista de ensejar ao sujeito uma relação ao que lhe é absolutamente singular, mas nem por isso não rejeitado ou acolhido. Segundo Lacan, “o desejo do analista não é um desejo simples. É um desejo de obter a diferença absoluta, aquela que intervém quando, confrontado com o significante primordial, o sujeito vem, pela primeira vez, à posição de se assujeitar a ele” (Lacan, 1964/2008, p. 267).

Em consideração condizente com o atual momento de mudanças, Jorge (2017, p. 233) aponta para a diferença entre reinvenção da psicanálise, conforme Lacan recomendou a cada analista, e uma sua aventada recriação. Indica que “intransmissibilidade e reinvenção estão intimamente ligadas e, mais ainda, que uma deve muito à outra”. Considerando que a reinvenção é intrínseca à própria psicanálise, e não a recriação, Jorge sugere que se reflita sobre esse processo na atualidade, alertando que é preciso cuidado, de modo que essas novidades não prejudiquem “a dimensão discursiva posta em cena pelo dispositivo analítico, uma vez que nele se trata da manutenção no primeiro plano da fala e da escuta, e, portanto, da aposta da presença do sujeito do inconsciente no discurso” (Jorge, 2017, p. 239).

Belo (2020) considera essencial pensar em tópicos que acredita importantes nas modalidades on-line de laço entre analista e analisando, como a inexistência do divã, o fato do sigilo, o não contato físico, a questão do pagamento etc. Assevera que presença virtual

³<https://ourworldindata.org/covid-vaccinations?country=BRA>.

é uma presença efetiva, mas pondera que se deve lembrar “que a base da subjetividade está relacionada com o contato físico real; isso talvez apareça na transferência” (Belo, 2020, p. 94). De toda sorte, conclui: “diante do enigma do inconsciente do analisando, o analista o ajuda a manter a pulsão e a traduzir o que isso quer dizer. Tal tarefa, evidentemente, se dá em transferência e pode ocorrer tanto presencialmente quando numa análise on-line” (Belo, 2020, p. 80).

Já a partir de reflexões feitas no auge da pandemia, Quinet (2021) recomenda superar a dicotomia presencial e virtual: “podemos pensar na psicanálise online, sim, como uma psicanálise presencial porque implica a presença do analista – não uma presença física, mas de outra ordem” (p. 24). Salientando a “questão da transferência como o verdadeiro *setting* analítico” (p. 13), para além do dispositivo “divã-poltrona”, afirma que, no contexto da análise remota, é necessário observar a contemplação de dois eixos fundamentais. Em um primeiro, é preciso que se sustente o endereçamento da associação livre ao analista – “e isso é perfeitamente possível de se fazer online”. O segundo eixo refere-se a que os encontros remotos proporcionem “o encontro com o real, com o analista como semblante de objeto *a*” (p. 21).

“Associação livre”, “fala do paciente”, “bem-dizer”, “desejo do analista”, “comparecimento do sujeito do inconsciente”, “transferência”. Sob essas condições determinantes de uma análise, o fato é que, ao adentrar nos domínios dos ciberterritórios, como em uma sessão à distância, aciona-se um dispositivo de sociabilidade, também uma dimensão de exercício pulsional, importa notar, constituída sob a empresa capitalística, com deliberação e método no negócio onipresente de captura, gestão e comercialização da atenção, na lógica de modelização comportamental multifuncional.

Até pela novidade da possibilidade, o que se presencia, psicanaliticamente falando, inscreve-se no campo de práticas e apontamentos iniciais, no espectro de uma longa jornada clínico-conceitual que se efetivará implicada por uma civilização que aposta crescentemente na informacionalização de seu *modus vivendi*. Dessa sorte, parece pertinente, pois, ressaltar a vocação e a natureza comerciais desse cenário em que a humanidade também se acomoda na sua saga de adesão a próteses para suportar o vazio e os desamparos do existir. Assim, há de se convocar reflexões sobre questões estruturais e estruturantes,

como a lógica e a inspiração da mercadorização, de uma paisagem existencial para além da geografia telúrica, mas que a essa se integra concretamente como lugar de vivência de entes de bytes, nada mais do que sujeitos do inconsciente operando seu advento na ciberterritorialidade.

Considerações finais

As panorâmicas de paisagens vastas, os *closes* dos incidentes da natureza. . . O cinema no século XX cativou audiências sem cessar dando a ver encantos da cena ofertada pela materialidade do planeta Terra. Neste século XXI, já se assiste aos “*screenlife films*” (“Conheça filmes”, 2023), narrativas cujos frames exibem “tomadas” das paragens dos ciberterritórios, em que o cotidiano informacionalizado (fotos, imagens, textos, áudios tecendo narrativas significantes, por meio de videochamadas, *chats*, navegação entre links e arquivos etc.) é acessado por elementos da interface digital, como as telas dos computadores, celulares e tablets e suas aplicações de navegação.

Ou seja, como se pode perceber, os ciberterritórios já ultrapassaram a fronteira de lugar de experiência de enlaces sociais para se tornar o “*set*” de capturas de imagens acerca de histórias que neles se vivem. Essa midiatização do que já nasceu midiaticado, numa espécie de remidiatização, é um exemplo de como as bordas da digitalidade se expandem sem parar, ampliando sua área de sombra sobre a experiência presencial.

Em meio a esse contexto de vertigem informacional mercadorizada, é fundamental que, dinamizada pelo desejo do analista e pelo comparecimento do sujeito do inconsciente, a clínica seja propícia e viabilize a vazão da palavra cadenciada por livre associação. Isso porque é também e especialmente por meio de significantes que se pode intervir sobre o sintoma, a partir da constituição de circunstâncias efetivas para a simbolização, em face do que ocupa o lugar das palavras na condição do sujeito.

Buscamos mostrar neste artigo, contudo, que o debate relativo aos atendimentos por meios digitais não poderá se restringir, em nosso campo, à revisão dos conceitos que fundamentam a clínica psicanalítica, mesmo à atualização das discussões que ensejam. Queiramos ou não, analista e analisando passam a estar inseridos no “*bios* midiático”, e as questões a ele atinentes necessariamente precisarão constar de modo transversal na investigação da

experiência a que nos encontramos ora submetidos. Recenseamos acima algumas delas, as quais esperamos servir de aporte para estudos que sigam se debruçando sobre o tema.

Alguns caminhos já se desenham, por exemplo, quando entendemos que nossa imersão na ciberterritorialidade implica uma nova dimensão de pertencimento. Lidaríamos, assim, com um elemento a mais no que concerne à operação da análise, que não é intersubjetiva, mas coloca antes em jogo uma dimensão de separação. No plano do infamiliar que aí se engendra e no qual o trabalho transcorre, não parece supérfluo o que vimos ser apontado por Hillis (2004): que o mundo virtual consiste, dentre outras coisas, na pretensão de estender o controle técnico também às concepções de espaço.

No contexto do enquadre oferecido pelos meios digitais, como esse imperativo de ordenação poderia incidir em uma experiência de ausência de sentido que se deve refazer a cada vez em uma análise? Duas ponderações são aqui imprescindíveis: primeiro, não simplificarmos a base da discussão apelando a um determinismo tecnológico; a que se soma a orientação presente tanto em Freud quanto em Lacan de que não estão no nível do *setting* as garantias à experiência da psicanálise. Elas repousam essencialmente na presença do analista, a ser verificada a cada vez, trate-se de sua presença física ou mediada pela tela.

É importante destacar o inegociável, porque, assim como não são mero meio técnico, senão técnica social, as tecnologias digitais, provedoras infraestruturais de ciberterritórios e ciberterritorialidades, tecidas sob a empresa capitalística, não se colocam mais como uma questão de escolha no cotidiano atual. Não se trata de recusar ou aceitar, mas, antes de tudo, de ler seus efeitos nos intermitentes processos de reinvenção e elaboração das sociabilidades.

Cabe aqui lembrar a posição assumida por Lacan (1969-1970/1992) frente aos avanços do discurso científico, em sua deriva tecnicista: “gostaria de me precaver contra a ideia . . . de que minhas palavras poderiam implicar que se devesse frear essa ciência” (p. 99). Ele qualifica essa imputação como reacionária, frisando não ser sequer possível tal freio. Mas, por outro lado, igualmente desaconselha a um adesismo: “seria preciso discernir, entretanto, que no que quer que eu articule com uma certa visada de clarificação não existe a menor ideia de progresso, no sentido de que este termo implicaria uma solução feliz”.

Já há as gerações de nativos digitais, às quais os paradigmas civilizatórios modernos são tão infamiliars quanto a digitalidade pode soar estranha aos pré-digitais. Se não se trata de apologizar um suposto determinismo, como dissemos, o que nos cabe antes é visualizar com discernimento as bases da civilização atual, considerando que, como salientou Santos (2006, p. 24), “o desenvolvimento da história vai de par com o desenvolvimento das técnicas”.

É o caso também, como bem remarcou Freud, aqui recuperado no início do artigo, de entender que a relação dos humanos com a técnica se sustenta numa tentativa de superação de limites e de aproximação dos mortais da condição de deidades, numa empreitada em que o êxito é duvidoso e os mal-estares são tecnologicamente atualizados, em vez de eliminados ou superados. Enfim, como alertou Freud, não parece que a semelhança com Deus patrocinada pelas próteses tecnológicas já tenha garantido a felicidade, a não ser intermitentes novas fronteiras para o trabalho de existir e se pensar.

Face a um discurso que propaga a superação de limites, alicerçada também na suposta *revolução digital*, devemos lembrar que o inegociável para a psicanálise, citado acima, é o impossível. Enquanto discurso, ela é aquele que faz surgir o impossível. O limite apontaria para isso, não para uma insuficiência provisória dos recursos técnicos.

Sobre o capitalismo, do qual todo esse cenário é uma injunção, Lacan (1972/2011) diz, por sua vez, distinguir-se pela “rejeição para fora de todos os campos do simbólico” da castração. Ainda que o discurso do analista não seja aí componível, justamente por condicionar os giros discursivos à presença de um impossível, analista e analisante, quando *no on-line*, habitam o lócus da ciberterritorialidade, modo atual de imposição do discurso do capitalista, no qual estamos todos imersos. A pergunta se o discurso do analista poderia equivaler a uma saída é uma questão que Lacan (1974/2003) deixa em aberto, ressaltando, contudo, que essa possibilidade passaria necessariamente por ele prestar-se “a bancar o dejetivo” (p. 518).

Concebidos, portanto, sob a lógica do discurso do capitalista (Lacan, 1969-1970/1992; Quinet, 2021), com sujeitos reduzidos a consumidores vinculados a mercadorias, que também podem ser os semelhantes, os ciberterritórios operam numa economia libidinal que oferta a ilusão da completude, mas que produz sujeitos insaciáveis. Estrutura-se um circuito

de recursividade entre virtualidade de onipotência e realização de impotência que aprisiona os indivíduos num continuum negocial vertiginoso de um virtual vir a ser deidade que jamais se realiza, exatamente como sugere a relação homem-tecnologia apontada por Freud.

Viver é também experimentar os sentidos, já se alerta desde a Grécia clássica. Com os ciberterritórios, ganhou-se um outro “lugar” para exercitá-los, ainda que não todos. Ou seja, vivência digital é vida real, apesar de não presencial, alcançando, direta ou indiretamente, toda a experiência do existir contemporâneo. Seja em função do paradigma tecnoprodutivo atual, seja pelas imposições restritivas da pandemia de covid-19, a migração digital, em febril aceleração, é caminho sem volta.

O que se põe em discussão é como essa marcha rumo ao/e pelos ciberterritórios dar-se-á, considerando-se, inclusive, que estes são empreendimentos privados, estruturalmente vocacionados ao negócio da atenção. No caso específico da psicanálise, vale remarcar como um norte de navegação a observação de Jorge (2017), de que “reinvenção” não deve significar “recriação”.

Como se percebe, essa nova contingência socio-técnica parece demandar, especialmente, o enxergar para além das luzes da era e da hora, para nelas “ver trevas, perceber o escuro”, e conseguir “entrever nessa parte da sombra a sua íntima obscuridade”, conforme assinala Agamben (2009, p. 63). E nesse movimento “ser capaz não apenas de manter fixo o olhar no escuro

da época, mas também de perceber nesse escuro uma luz que, dirigida para nós, distancia-se infinitamente de nós” (Agamben, 2009, p. 65).

Considerações finais

Na linha argumentativa aqui traçada, portanto, o trabalho a partir da elaboração e do exame de hipóteses feito por Platão em sua compreensão da dialética influencia indiretamente (por meio do pensamento científico ocidental) o emprego dos métodos hipotético-dedutivo e causal-mecânico, nos termos identificados e defendidos por Penna (1997), visto que representam, em parte, o legado do pensamento platônico na psicologia experimental contemporânea conforme definida pelo cognitivismo.

No sentido epistêmico-metodológico, ao menos, com base no que foi exposto, os processos gerais de investigação cognitivistas carregam consigo o método de hipóteses platônico de maneira subsumida, no sentido da dialética com “d” minúsculo, como proposto por Benson (2006), contextualizando-o à psicologia cognitiva. No entanto, também foram brevemente postas em relevo algumas distinções teóricas que impedem uma aproximação *pari passu* de todos esses métodos (diferenças nas perguntas proferidas por quem deseja conhecer; nas formas de operação de tais métodos e na pressuposição dos participantes da pesquisa). Este trabalho, assim, estende a argumentação em apoio à tese de Penna (1997), sem deixar de lado algumas distinções que, acreditamos, não invalidam sua defesa.

Referências


- Agamben, G. (2009). *O que é o contemporâneo*. Argos.
- Aristóteles. (2009). *Ética a Nicômaco*. Atlas.
- Aristóteles. (2011). *Da alma*. Edipro.
- Belo, F. (2020). *Clínica psicanalítica on-line: Breves apontamentos sobre atendimento virtual*. Zagodoni.
- Conheça filmes que se passam na tela do computador. (2023, 1º de março). *Folha de S.Paulo*. <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1759211376321471-conheca-filmes-que-se-passam-na-tela-do-computador>
- Davenport, T. H., & Beck, J. C. (2001). *The Attention Economy: Understanding the new currency of business*. Harvard Business School Press.
- Foucault, M. (2001). *Microfísica do poder*. Graal.
- Freud, S. (1997). *O mal-estar na civilização*. Imago. (Trabalho original publicado em 1930)

- Freud, S. (2010). *Recomendações ao médico que pratica a psicanálise*. Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1912)
- Freud, S. (2014). *Inibição, sintoma e angústia*. Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1926)
- Hillis, K. (2004). *Sensações digitais*. Editora Unisinos.
- Ianni, O. (2000). *Enigmas da modernidade mundo*. Civilização Brasileira.
- Johnson, S. (2001). *A cultura da interface*. Zahar.
- Jorge, M. A. C. (2017). *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan: Volume 3: A prática analítica*. Zahar.
- Lacan, J. (1992). *O seminário, livro 17: O avesso da psicanálise*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1969-1970)
- Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In *Escritos*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1953)
- Lacan, J. (2003). *Televisão*. In *Outros escritos*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1974)
- Lacan, J. (2008). *O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1964)
- Lacan, J. (2009). *O Seminário, livro 18: De um discurso que não fosse semblante*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1971)
- Lacan, J. (2011). *Estou falando com as paredes: Conversas na Capela de Sainte-Anne*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1972)
- Lévy, P. (1999). *Cibercultura*. Editora 34.
- Martinuzzo, J. A. (2023). *Ciberbarroco: Biopoder na digitalidade*. Mauad.
- Milner, J.-C. (1996). *A obra clara: Lacan, a ciência e a filosofia*. Zahar.
- OMS declara que Covid-19 não é mais uma emergência global de saúde. (5 maio 2023). ONU News. <https://news.un.org/pt/story/2023/05/1813942>
- Quinet, A. (2016). *Os outros em Lacan*. Zahar.
- Quinet, A. (2021). *Análise online na pandemia e depois*. Atos e Divãs.
- Safatle, V. (2016). *O circuito dos afetos*. Autêntica.
- Santos, M. (2001). *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Record.
- Santos, M. (2006). *Por uma outra globalização*. Record.
- Sodré, M. (2006). *As estratégias sensíveis*. Vozes.
- Sodré, M. (2013). *Antropológica do espelho*. Vozes.
- Sodré, M. (2014). *A ciência do comum*. Vozes.
- Sodré, M. (2021). *A sociedade incivil*. Vozes.
- Teixeira, C. (2021, 15 de abril). Redes sociais ajudam os negócios, mas não é preciso estar em todas elas. *Folha de S.Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/mpme/2021/04/redes-sociais-ajudam-os-negocios-mas-nao-e-preciso-estar-em-todas-elas.shtml>
- The global state of digital in october 2022*. (2022, 20 de outubro). We Are Social. <https://wearesocial.com/uk/blog/2022/10/the-global-state-of-digital-in-october-2022/>
- Zuboff, S. (2020). *A era do capitalismo de vigilância*. Intrínseca.

José Antonio Martinuzzo

Professor titular da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Vitória – ES, Brasil.


E-mail: martinuzzo@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-5685-510X>

Vinicius Anciães Darriba

Professor Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro – RJ, Brasil.

E-mail: viniciusdarriba@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9986-6554>

Endereço para envio de correspondência:

Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Comunicação Social, Centro de Artes, Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras. CEP: 29075-910. Vitória – ES. Brasil.

Recebido 02/01/2024

Aceito 22/07/2024

Received 01/02/2024

Approved 07/22/2024

Recibido 02/01/2024

Aceptado 22/07/2024

Disponibilidade de dados: os dados da pesquisa estão disponíveis no corpo do artigo.

<https://doi.org/10.1590/1982-3703003281929>

Como citar: Martinuzzo, J. A., & Darriba, V. A. (2025). *Bios* midiático: A digitalidade como contingência à psicanálise. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 45, e281929. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003281929>

How to cite: Martinuzzo, J. A., & Darriba, V. A. (2025). *Media Bios*: Digitality as a Contingency to Psychoanalysis. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 45, e281929. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003281929>

Cómo citar: Martinuzzo, J. A., & Darriba, V. A. (2025). *Bios* Mediático: La Digitalidad como Contingencia para el Psicoanálisis. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 45, e281929. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003281929>